

MERCADOS



Bovespa sobe 1,22%, a 127,5 mil pontos, e reduz perda da semana

LUIÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou ganho ao longo da tarde, recuperando a linha dos 127 mil pontos e quase zerando as perdas que haviam se acumulado na semana. Nesta sexta-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima de 125.953,28 e máxima de 127.699,91 pontos, encerrando ainda em alta de 1,22%, aos 127.492,49 pontos, com giro a R\$ 22,6 bilhões nesta sexta-feira. No mês, sobe 2,89%, ainda cedendo 4,99% no ano. Na semana, recuou 0,1%, após queda de 0,99% no intervalo anterior.

Na B3, o dia foi amplamente positivo para as ações de primeira linha, com destaque para Vale (ON +1,49%), após o balanço do segundo trimestre, na noite de ontem, que permitiu que a ação da mineradora fechasse a semana com ganho de 0,57%. Após dois pregões em alta, os preços do petróleo voltaram a ceder terreno, em queda superior a 1% na sessão, com a incerteza em torno da demanda chinesa. Ainda assim, tanto a ON como a PN de Petrobras tiveram ajuste discreto nesta sexta-feira, com a primeira em alta de 0,29% e a segunda, baixa de 0,11%.

Os grandes bancos foram bem na sessão, tendo Santander (Unit +1,8%) à frente nesta sexta-feira. Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para Azul (+6,87%), JBS (+6,72%) e Hypera (+5,77%). No lado oposto, atenção para a forte queda de Usiminas (-23,55%), bem à frente de Carrefour (-1,5%)

e Suzano (-1,30%).

Nova York, de rotação de ações de tecnologia para as 'valor', o que ajuda a entender o desempenho do Dow Jones - e especialmente do Russell 2000, de small caps, ações de menor capitalização de mercado - em relação ao amplo S&P 500 e ao tecnológico Nasdaq.

Hoje, Dow Jones fechou em alta de 1,64%, em dia também positivo para S&P 500 (+1,11%) e Nasdaq (+1,03%). Na semana e no mês, contudo, enquanto Dow Jones avança, respectivamente, 0,75% e 3,76%, o desempenho é negativo para S&P 500 e Nasdaq: o amplo cai, pela ordem, 0,83% e 0,03%, enquanto o tecnológico cede 2,08% e 2,11% - ambos em correção técnica, vindo de máximas históricas recentes, aponta Mikail.

DÓLAR

Após recuar nas primeiras horas de negócios com dado benigno de inflação nos EUA, o dólar à vista ganhou força no fim da manhã diante de déficit superior ao esperado do Governo Central em junho e fechou a sessão desta sexta-feira, acima de R\$ 5,65. Com mínima a R\$ 5,617 e máxima a R\$ 5,6721 o dólar terminou o pregão em alta de 0,18%, a R\$ 5,6579 - ainda no maior valor de fechamento desde o último dia 2 (R\$ 5,6648). A divisa encerra a semana com avanço de 0,96%, o que leva os ganhos acumulados em julho a 1,25%. No ano, o dólar avança 16,58% ante o real, que apresenta o pior desempenho entre as moedas mais relevantes.

NEWCASTLE

Ministério confirma fim de foco de doença no RS

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) comunicou a Organização Mundial de Saúde Animal sobre o fim da doença de Newcastle (DNC) no país. O foco da doença tinha sido confirmado em 17 de julho em um estabelecimento de avicultura comercial de corte em Anta Gorda, no Rio Grande do Sul.

Com a medida, o governo brasileiro aguarda a retirada da suspensão, por parte dos países importadores, para a retomada total das exportações de carnes de aves e seus produtos.

A Newcastle é uma doença viral contagiosa que afeta várias espécies de aves, assim como répteis e mamíferos.

O Mapa informa que os protocolos de biossegurança em aviários estão sendo reforçados e aplicados em todos os estados produtores do Brasil. Qualquer suspeita de doença de Newcastle, que incluem mortalidade súbita e sinais respiratórios e nervosos, além de diarreia e edema na cabeça das aves, devem ser comunicadas aos órgãos competentes para serem acompanhadas. As Guias de Trânsito Animal (GTA), para transporte de animais sem risco sanitário e venda comercial, continuam a ser emitidas pelo Centro de Operações de Emergência Zoossani-

tária com o objetivo de prevenir a disseminação da doença a outras áreas do país.

EMERGÊNCIA

A pasta também reduziu a abrangência da área de emergência zoossanitária para os municípios gaúchos do Vale do Taquari e Anta Gorda, Doutor Ricardo, Putinga, Ilópolis e Relvado, diante da inexistência de novas suspeitas de novos focos para a doença.

As medidas de controle e vigilância no raio de 10 quilômetros da ocorrência do foco seguem sendo executadas pelas equipes federal e estadual.

De acordo com o Mapa, a granja afetada segue monitorada por 42 dias para verificar se o vírus ainda circula. Após esse período e com resultado negativo para a presença do agente patogênico, o aviário será liberado para funcionamento novamente.

Já para as demais granjas da região que estão na área de emergência agropecuária, a liberação será por protocolos específicos.

O Mapa também atualizou as áreas de suspensão da certificação temporária para exportações de carnes de aves e seus produtos. China, Argentina e México seguem com as restrições de exportação para todo Brasil.

FAZENDA

Governo Central tem déficit de R\$ 38,8 bilhões em junho

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Governo Central - que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - apresentou déficit primário de R\$ 38,8 bilhões em junho, informou nesta sexta-feira o Ministério da Fazenda. Segundo a pasta, o resultado do mês foi melhor que as expectativas do mercado financeiro, que indicavam déficit de R\$ 40,9 bilhões. O resultado também foi inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado, quando o déficit foi de R\$ 45,1 bilhões em termos nominais.

Em junho, o Tesouro Nacional e o Banco Central ficou superavitários em R\$ 6,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 44,9 bilhões. Comparado a junho de 2023, o resultado primário observado decorre

da combinação de aumento real de 5,8% (R\$ 8,8 bilhões) da receita líquida e de aumento real de 0,3% (R\$ 657,5 milhões) das despesas totais.

Em relação às despesas, a Fazenda informou que, no comparativo com junho do ano passado, houve uma redução de R\$ 7,1 bilhões nos pagamentos de Benefícios Previdenciários, devido à diferença nos calendários de pagamentos do 13º salário da previdência social entre os anos de 2023 e 2024.

O ministério disse ainda que as rubricas que mais contribuíram para o aumento das despesas foram as discricionárias e obrigatórias com controle de fluxo, que somaram juntas R\$ 5,6 bilhões. Ambas em razão, majoritariamente, de aumentos de ações na função Saúde, de R\$ 5 bilhões.

Também contribuíram para o

aumento das despesas o pagamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), na ordem de R\$ 1,3 bilhão, devido ao aumento do número de beneficiários e pela política de valorização do salário-mínimo, além de créditos extraordinários de R\$ 1,2 bilhão explicados por ações de enfrentamento da calamidade do Rio Grande do Sul.

No acumulado de janeiro a junho de 2024, o Governo Central atingiu um déficit primário de R\$ 68,7 bilhões, ante um déficit de R\$ 43,2 bilhões no mesmo período de 2023, em termos nominais.

O saldo é composto por superávit de R\$ 129,5 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por déficit de R\$ 198,2 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até junho, a receita líquida registrou aumento de 8,5% (+R\$ 83,2 bilhões), enquanto a

despesa cresceu 10,5% (+R\$ 107,3 bilhões).

Segundo a Fazenda, o aumento das despesas no primeiro semestre do ano ocorreu, principalmente, em razão da elevação dos pagamentos de benefícios previdenciários, de R\$ 40 bilhões, explicada especialmente pela diferença nos calendários de pagamentos do 13º salário da Previdência Social, além do aumento do número de beneficiários e da política de valorização do salário-mínimo.

Outras contribuições importantes foram os crescimentos nas despesas discricionárias, de R\$ 20,2 bilhões, e obrigatórias com Controle de Fluxo, de R\$ 9,9 bilhões e nos pagamentos do BPC, de R\$ 8 bilhões e de Créditos Extraordinários de R\$ 7,5 bilhões, direcionados ao enfrentamento à calamidade pública no Rio Grande do Sul.

LCD

Lula sanciona criação de título de renda fixa para estimular indústria

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta sexta-feira a lei que cria a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD). O título de renda fixa, sujeito a isenção tributária para pessoa física, tem o objetivo de financiar investimentos em infraestrutura na indústria brasileira. A LCD poderá ser emitida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) e pelos bancos de desenvolvimento autorizados pelo Banco Central, que poderão emitir até um limite de R\$ 10 bilhões anuais com o papel. O projeto apresentado pelo governo federal que institui a LCD foi aprovado neste ano pelo Congresso Nacional.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, explicou que a LCD vem complementar dois outros títulos

de crédito já existentes: a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), que também são emitidas pelo setor privado para financiar atividades nesses setores.

"Passamos a ter então a LCD, que é para o desenvolvimento. Ela contempla a indústria, comércio e serviços e será emitida pelos bancos de desenvolvimento. O principal é BNDES", disse.

Segundo Alckmin, a LCD vai

estimular a venda dos títulos, porque, para pessoa física, o Imposto de Renda será zero em para pessoa jurídica, o imposto será reduzido de 25% para 15%.

"Esse benefício é diretamente para o tomador, nada para o banco. Então, o tomador do empréstimo, a indústria principalmente, mas também o comércio serviços, ele terá um crédito mais barato, provavelmente ficará entre 1% e 1,2% a 1,3% mais barato", disse Alckmin.

BANCO CENTRAL

Juros do cartão de crédito sobem e atingem 429,5% ao ano em junho

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve alta de 7,1 pontos percentuais para as famílias, passando de 422,4% ao ano, em maio, para 429,5% ao ano em junho deste ano. Em 12 meses, entretanto, os juros da modalidade caíram 6,3 pontos percentuais. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo a 100% do valor da dívida, mas a medida não afeta a taxa de juros pactuada no momento da concessão do crédito. Como ela só se aplica a novos financiamentos, não houve impacto na apuração estatística de junho.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do car-

tão parcelado, os juros caíram 5,4 pontos percentuais no mês e 15,6 pontos percentuais em 12 meses para 180,5% ao ano.

Além da queda, o resultado do crédito livre às famílias em junho foi impactado pelo recuo de 6 pontos percentuais nas operações de crédito pessoal não consignado, para 87,8% o ano, e pelo aumento de 3,1 pontos percentuais no cheque especial, para 135% ao ano.

Com isso, a taxa média de juros no crédito com recursos livres às pessoas físicas ficou em 51,7% ao ano, um recuo de 0,7 ponto percentual no mês e de 7,4 pontos percentuais em 12 meses. Nas operações com empresas, a taxa média alcançou 20,9% ao ano, aumento mensal de 0,3 ponto percentual e queda de 1,9 ponto percentual em 12 meses. Basicamente, contribuíram para este resultado as altas mensais nas taxas médias das modalidades de cheque especial (14,1 pontos percentuais), capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,7 ponto percentual) e cartão de crédito parcelado (13,2 pontos percentuais). Em sentido contrário, houve queda de 18,6 pontos percentuais no cartão de crédito rotativo

e de 0,6 ponto percentual em desconto de duplicatas e recebíveis.

TAXAS MÉDIAS

No total do crédito com recursos livres, considerando pessoas físicas e jurídicas, a taxa média de juros atingiu 39,6% ao ano em junho, com decréscimos de 0,3 ponto percentual (p.p) no mês e de 4,6 pontos percentuais em 12 meses.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já no crédito direcionado, as regras são definidas pelo governo, e se destinam, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 10,1% ao ano em junho, aumento de 0,2 ponto percentual no mês e recuo de 1,6 ponto percentual em 12 meses. Para as empresas, a taxa subiu 0,6 ponto percentual no mês e 0,5 ponto percentual em 12 meses, para 12,4% ao ano. No total, a taxa média do crédito direcionado ficou em 10,6% ao ano no mês passado, acréscimo de 0,2

ponto percentual no mês e queda de 1,1 ponto percentual em 12 meses.

Com isso, a taxa média de juros das concessões de crédito, considerando todos os segmentos, segue desacelerando e alcançou 27,86% ao ano em junho, redução de 0,42 ponto percentual no mês e de 3,8 pontos percentuais em 12 meses. O pico dos juros aconteceu em maio do ano passado, quando chegou a 32,2% ao ano.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, vinha sendo reduzida. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação e, com o controle dos preços, desde agosto do ano passado, o BC cortou a Selic por sete vezes consecutivas.

ENDIVIDAMENTO

Segundo o Banco Central, a inadimplência - considerados atrasos acima de 90 dias - tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações e registrou 3,2% em junho. Nas operações para pessoas físicas, ela está em 3,7%, e para pessoas jurídicas em 2,6%.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

Bandeira tarifária volta a ser verde, sem cobrança extra

RENAN MONTEIRO/AE

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira a bandeira tarifária verde para o mês de agosto. O órgão citou com justificativa as condições favoráveis para a geração de energia elétrica no País, incluindo o volume de chuvas na Região Sul.

Para este mês de julho, houve o acionamento da bandeira tarifária amarela pela primeira vez desde abril de 2022.

A classificação "amarela" indica condições de geração de

energia menos favoráveis e, na prática, leve a um acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Para agosto, as contas de energia elétrica dos consumidores não terão custo extra.

"No final de junho, houve uma expectativa de menor volume de chuvas para julho, o que se confirmou na maior parte do país. Porém, o volume de chuvas na Região Sul neste mês contribuiu para a definição da bandeira verde em agosto", informou o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, em nota.

HISTÓRICO

Criado em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias indica aos consumidores os custos da geração de energia no País, e busca atenuar os impactos nos orçamentos das distribuidoras de energia.

Antes, o custo da energia em momentos de mais dificuldades para geração era repassado às tarifas apenas no reajuste anual de cada empresa, com incidência de juros. No modelo atual, os recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras mensalmente por meio de "conta Bandeiras".

O sistema de bandeiras tarifárias reflete o custo variável da produção de energia. O acionamento de fontes de geração mais caras, como as termelétricas, tende a pressionar o custo.

A mudança de bandeira depende de três gatilhos: Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nível de risco hidrológico (GSF), e a geração fora do mérito de custo (GFOM), associada ao período de crises hídricas.

Para julho, os fatores que acionaram a bandeira amarela foram o risco hidrológico e o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

G20

Comunicado destaca combate à fome e tributação de super-ricos

GABRIEL VASCONCELOS, CÉLIA FROUFE, E AMANDA PUPO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que o comunicado conjunto da trilha financeira do G20 destaca o combate à fome e explicita a tributação de super-ricos. Haddad definiu o comunicado, que deve ser divulgado nas próximas horas, como uma "grande vitória" do grupo das 20

maiores economias do mundo, uma vez que as duas últimas presidências temporárias não chegaram a consensos.

Haddad disse, também, que a declaração acata a proposta de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, com vistas a torná-los um sistema mais eficiente e aumentar o financiamento a países endividados.

"Nesta reunião, conseguimos

consenso em torno da declaração e do comunicado da trilha financeira. É um avanço bastante significativo, realmente superou nossas expectativas iniciais", disse Haddad.

DECLARAÇÃO

Com relação à declaração tributária, assinada pela presidência brasileira, mas negociada por todos os países, Haddad disse que é preciso agregar conhe-

cimento acadêmico para colocar em prática seus objetivos. Ele disse considerar ser possível concluir essa agenda, rumo a um acordo tributário, de fato, num "futuro próximo".

As afirmações foram dadas durante entrevista de encerramento das reuniões do grupo financeiro das 20 maiores economias do globo (G20), que ocorreram esta semana no Rio de Janeiro, sob a presidência do Brasil.

ILAN GOLDFAJN

No combate à fome e à pobreza, vamos usar os SDR do FMI, diz presidente do BID

GABRIEL VASCONCELOS, JULIANA GARÇON E CÉLIA FROUFE/AE

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, afirmou nesta sexta-feira, que o banco e seus pares multilaterais planejam usar dinheiro alocado pelos países no FMI (Fundo Monetário Internacional), os direitos especiais de saque (SDR), para o combate à fome e à pobreza.

Essa transferência de recursos do FMI para os bancos depende da aprovação de cada país e, durante o encontro de ministros da economia do G20, no Rio, ainda não houve compromisso formal das nações, mas as tratativas teriam avançado, disse Goldfajn. Nas palavras do executivo, as transferências são um "ganha-ganha" para os países, uma vez que a remuneração dos recursos aumenta "um pouquinho" e, o principal, a capacidade de investimento é catapultada pelo fator de multiplicação, que vai a sete vezes no caso do BID.

Em uma primeira fase, disse Goldfajn, o FMI vai autorizar um teto de transferência de US\$ 20 bilhões para todos os países. "Se eu consigo multiplicar por sete, consigo fazer US\$ 140 bilhões em financiamentos", disse o presidente do BID. "Acho que é bom a gente começar com montantes menores e aumentar ao lon-

go do tempo", afirmou. Ele detalhou que, dentro do universo de US\$ 20 bilhões da primeira etapa, cada país poderá transferir o quanto convier às suas finanças.

Segundo ele, os países não precisam "aprovar", mas sim precisam "doar" seus recursos do FMI a instituições como o BID. "Estamos conversando com todos os países. Vamos ter que tornar conversas positivas para um anúncio efetivo", contou, explicando que ainda não foram definidos valores.

Com esse e outros instrumentos para alavancar o financiamento internacional, Goldfajn disse que o plano de aumentar os recursos disponíveis do BID em algo entre US\$ 300 bilhões e US\$ 400 bilhões, anunciado no ano passado, está "bem encaminhado". Mas o presidente do BID citou a ambição de levar essa cifra, hoje na casa da centena de bilhões para os trilhões de dólares, o que só será possível com reforços vindos do setor privado.

FINANCIAMENTO

Goldfajn também disse que o BID planeja triplicar o total recursos a financiamentos de projetos ligados ao clima, como preservação, desenvolvimento sustentável e transição energética, de US\$ 50 bilhões para US\$ 150 bilhões ao longo dos próximos dez anos. Além disso, a ideia é orientar metade dos pro-

jetos do banco a populações e grupos sociais vulneráveis. Nesse sentido, ele acrescentou que o BID tem se aproximado do Banco de Desenvolvimento Africano.

VISITA A BELÉM

O executivo contou, ainda, que uma comitiva de ministros

que inclui a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, viaja amanhã, a convite do BID, para Belém para conhecer o programa Amazônia para Sempre. Yellen participou, nesta quinta e sexta-feira, do encontro de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20 no Rio de Janeiro.

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00 – NIRE 33.300.332.545

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2024
1. Data, Hora e Local: No dia 26 de julho de 2024, às 08:00 h, na sede social da Rio Casca Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-028. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Fernando Mano da Silva e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) consolidar o Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, aprovar a redução do capital social da Companhia em R\$ 5.000.000,00, por julgamento excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R\$ 2.143.463.564,09 para R\$ 2.143.463.564,09. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social da Companhia não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.143.463.564,09 (dois bilhões, cento e quarenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e nove centavos), dividido em 45.104.090.614 (quarenta e cinco milhões, cento e quatro milhões, noventa mil, seiscentas e quatorze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.** **5.1.2.** Consignar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Montante Reduzido (em R\$)
Power IV Fundo de Investimento em Participações	45.104.090.613	99,999999998	4.999.999,9999
Duas Lagoas Energética S.A.	1	0,000000002	0,0001
Total	45.104.090.614	100	5.000.000,00

5.1.3. Registrar que o acionista Duas Lagoas Energética S.A. manifestou sua renúncia à parcela dos dividendos que lhe cabe em favor da acionista Power IV Fundo de Investimento em Participações. **5.2.** Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, resolve consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do "Anexo I". **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pela(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. **7. Assinaturas:** Fernando Mano da Silva – Presidente da Mesa e Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Acionistas:** Power IV Fundo de Investimento em Participações (por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) e Duas Lagoas Energética S.A. (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). *Confere com o original que se encontra lavrado no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Rio Casca Energética S.A.* Rio de Janeiro, RJ, 26 de julho de 2024. Ass.: **Guilherme Braga Lacerda – Secretário.**

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

17º Domingo do Tempo Comum

"Saciai os vossos filhos, ó Senhor"! (Sl 144-145)

Celebramos neste domingo o décimo sétimo do Tempo Comum, com essa celebração estamos chegando ao fim de mais um mês e iniciaremos, a partir de quinta-feira, um mês especial para a Igreja no Brasil que é o mês vocacional, em que recordamos todas as vocações as quais Deus chama cada batizado.

Nessa celebração de hoje recordamos o IV Dia Mundial dos Avós e dos Idosos, instituído pelo Papa Francisco, em 2020. O tema escolhido para este ano é: "Na velhice não me abandones" (Sl 71,9). O Dia Mundial dos Avós e Idosos foi instituído pelo Papa Francisco porque no dia 26 de julho celebramos Sant'Ana e São Joaquim, avós de Jesus e pais de Nossa Senhora.

A intenção do Papa é tornar essa data mais popular, além de dar caráter religioso para essa celebração. E ainda, é uma chamada de atenção para todos nós cuidarmos melhor de nossos idosos e não os abandonar na velhice, como por exemplo nos sugere o tema deste ano.

O Evangelho é do capítulo sexto de São João, que é o discurso que trata do pão da vida, ou seja, Jesus se apresenta como aqu'Ele a quem todos devem acorrer e o alimento que Ele oferece nos garante a vida eterna. Iniciamos neste ano a proclamação de todo o capítulo sexto de João. No Evangelho deste domingo, mais precisamente João narra segundo a sua perspectiva a multiplicação dos pães, ensinando a cada um de nós que devemos partilhar não só o alimento espiritual, mas também o material.

A primeira leitura da missa deste domingo é do segundo livro dos Reis (2Rs 4,42-44), essa leitura também nos fala sobre a partilha dos pães, um homem de Baal-Salisa traz em seu alforge para Eliseu os pães que são frutos da terra plantada pelo próprio povo. Eliseu diz que distribuiu os pães para o povo, o homem questiona Eliseu dizendo que os pães não dariam para todos, mas Eliseu insiste que ele o fizesse. O homem distribuiu e, conforme a palavra do profeta, sobraram pães.

Essa leitura nos ensina que como forma de agradecimento a Deus devemos partilhar tudo aquilo que possuímos com aqueles que pouco ou nada têm. E quanto mais partilharmos, mais Deus vai providenciar para que nunca nos falte. Se partilharmos com o próximo aquilo que conquistamos com o suor de nosso trabalho, Deus nos abençoará e nos fará frutificar ainda mais.

O Salmo responsorial é o 144(145), que diz em seu refrão: "Saciai os vossos filhos, ó Senhor"! O refrão desse salmo é um pedido de súplica ao Senhor para que nunca nos falte o alimento e o sustento diário. O pão que o Senhor nos oferece nos garante a vida eterna, a ceia que comeremos aqui nos preparará para o banquete eterno no céu.

A segunda leitura é da carta de São Paulo aos Efésios (Ef 4,1-6), Paulo exorta a comunidade para que vivam bem uns com os outros e se mantenham unidos através do Espírito Santo que habita em cada um. O Espírito Santo nos une ao Senhor e nos faz crer que não existem outros "senhores", mas um único Senhor que nos sustenta e nos dá coragem para seguir adiante.

O Evangelho é de João (Jo 6,1-15): todo o capítulo sexto de São João é sobre o discurso do pão da vida. Todo aquele que come do pão que Jesus oferece viverá eternamente, Ele nos deixou como memorial o seu Corpo e Sangue, e todas as vezes que participamos do baquete eucarístico aqui na terra é a antecipação daquilo que viveremos na eternidade.

Quando recebemos a primeira comunhão, é só o início daquilo que vamos comungar todas as vezes que participarmos da missa aqui na terra, e daquilo que vamos comungar na eternidade. É importante todas as vezes que formos à missa comungarmos das duas mesas, ou seja, da mesa da Palavra e da mesa da Eucaristia. Seguindo o exemplo dos discípulos de Emaús, a palavra primeiramente precisa interiorizar em nós e a partir da palavra interiorizada o nosso coração se abre para comungarmos do corpo e sangue do Senhor.

Nesse trecho do Evangelho, João narra a partir de sua experiência a multiplicação dos pães, narrada também nos evangelhos sinóticos: Mateus, Marcos e Lucas. A multiplicação dos pães em João é quarto "sinal" realizado por Jesus antes de sofrer a paixão, estava próxima a Páscoa dos Judeus. Jesus sobe ao monte como de costume e fica para ensinar e falar à multidão e mais próximo do Pai.

Ao ver que havia uma grande multidão reunida e que o pão e os peixes não dariam para todos, Jesus pergunta a Filipe: "Onde vamos comprar pão para que eles possam comer?" É claro que Jesus sabia o que iria fazer, mas pergunta a Filipe para testá-lo. E Filipe responde que nem duzentas moedas de prata bastaria para comprar pão para tanta gente.

Depois que apresentam os pães e os peixes a Jesus, Ele pede que a multidão se sente, faz a oração da multiplicação e pede para que os discípulos distribuam os pães e os peixes. Ainda recolheram doze cestos com as sobras dos cinco pães e dos dois peixes. Esse Evangelho nos ensina, sobretudo, que devemos partilhar com aqueles que pouco ou nada têm dos bens materiais, inclusive os alimentos. Quando partilharmos com amor aquilo que temos, Deus nos dará sempre em dobro. E ainda, se partilharmos o bem espiritual que é a Eucaristia, devemos partilhar os bens materiais.

Celebremos com alegria esse décimo sétimo domingo do tempo comum e estejamos sempre atentos às necessidades de nossos irmãos. Aprendamos de Jesus no Evangelho de hoje a partilharmos aquilo que temos com aqueles que pouco ou nada têm. Agindo dessa forma viveremos de maneira concreta o Evangelho, pois ao comungarmos do corpo e sangue de Cristo temos que ser abertos a ajudar aos que mais precisam.

Rezemos nessa missa por todos os avós e idosos, que muitas vezes precisam de nossa ajuda, e respeitemos os mais velhos, cumprindo o mandamento do Senhor. Rezemos, também, pelos avós falecidos para que contemplem a face de Deus! Deus abençoe muito todos os avós!

Diário do
Acionista

Tels.: (21)

99122-4278

As publicações legais de sua empresa com
o melhor preço em um jornal de qualidade

CRIME SEM CASTIGO

PGR denuncia Nikolas Ferreira por ofensas a Lula

POR LAVÍNIA KAUCZ

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) por injú-

ria contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O parlamentar disse que Lula é "um ladrão que deveria estar na prisão" durante discurso na Cúpula Transatlântica, evento da ONU, em novembro de 2023. A investigação foi

aberta neste ano a pedido da Polícia Federal, a partir de apresentação enviada por Lula ao Ministério da Justiça.

O relator da ação é o ministro Luiz Fux. A Corte é a responsável por decidir se aceita a denúncia e torna Nikolas réu

por crime contra a honra do presidente. O vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, solicitou a realização de uma audiência para oferecer a possibilidade de acordo entre as partes.

ATAQUE ÀS URNAS

Ministro dá 5 dias para a PF concluir investigação contra Bolsonaro

HEITOR MAZZOCO/AE

O corregedor-geral eleitoral, ministro Raul Araújo, deu prazo de cinco dias para a Polícia Federal concluir um inquérito administrativo aberto em agosto de 2021 para apurar declarações feitas pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as urnas eletrônicas brasileiras.

A decisão de Araújo ocorreu em 28 de junho, mas foi publicada no *Diário de Justiça Eletrônica* na quarta-feira passada.

"Verifica-se que o prazo concedido para conclusão do mencionado Registro Especial nº 2021. 0058802 transcorreu sem manifestação da Polícia Federal nestes autos. Diante disso, oficie-se a autoridade policial responsável para informar a esta Corregedoria-Geral os resultados das investigações referentes ao Registro Especial nº 2021. 0058802, no prazo de 5 dias", determinou.

O inquérito administrativo foi aberto depois de declarações

de Bolsonaro - o que inclui lives - sobre suposta fraude nas eleições de 2018, que foram vencidas por ele no segundo. Bolsonaro chegou a dizer que teve mais votos do que o resultado final daquele pleito. O ex-presidente, no entanto, nunca apresentou as provas.

À época da abertura do inquérito, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia decidido que a apuração abrangia "ampla 'dilação probatória', promovendo me-

das cautelares para a colheita de provas, com depoimentos de pessoas e autoridades, juntada de documentos, realização de perícias e outras providências que se fizerem necessárias para o adequado esclarecimento dos fatos".

Foi por meio desse procedimento investigativo que a Justiça determinou a desmonetização de canais e publicações de apoiadores de Bolsonaro considerados propagadores de notícias falsas.

VÍTIMA DA DITADURA

UnB concede diploma post mortem a Honestino Guimarães

PAULO VICTOR CHAGAS/ABRASIL

Em uma cerimônia emocionante, a Universidade de Brasília (UnB) concedeu nesta sexta-feira o diploma de geólogo ao estudante Honestino Guimarães, desaparecido político perseguido durante a ditadura militar e cujo corpo nunca foi encontrado. Liderança estudantil, Honestino foi preso em 1965 e viveu na clandestinidade nos anos seguintes. Ele foi sequestrado em 1973 e nunca mais foi visto. A confirmação pública de sua morte ocorreu em 1996.

O reconhecimento, concedido na modalidade post mortem, ocorreu no auditório da Associação dos Docentes da UnB e contou com a presença de professores, estudantes, familiares de Honestino e autoridades locais e nacionais.

Na cerimônia, foi anunciada a decisão do Conselho Universitário da UnB que anulou a decisão de desligar Honestino da instituição de ensino. Ele havia sido expulso em 1968, antes de

concluir a graduação.

A reitora da universidade e presidente do Conselho Universitário, Márcia Abrahão, anunciou a concessão do título e explicou que, para que esse momento ocorresse, foi feito todo um trabalho de pesquisa aos arquivos da Universidade de Brasília e do histórico escolar de Honestino Guimarães.

"Nós analisamos academicamente a proposta. Então este diploma é um diploma de geólogo mesmo. Além do diploma em si, este ato mostra o compromisso desta universidade com a democracia, não só na ditadura militar", afirmou a reitora. "A UnB é território de resistência. Continuaremos sendo território de resistência. A UnB pede desculpas à família de Honestino Guimarães", acrescentou Márcia Abrahão.

Participaram do evento integrantes do Diretório Central dos Estudantes da UnB - cujo nome homenageia a liderança -, representantes do governo federal, dentre eles a presidente

da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Eneá Almeida, que é professora da universidade. Em mais de um momento, os familiares de Honestino Guimarães foram aplaudidos efusivamente pela plateia que compareceu ao ato.

Presente no palco, Sebastião Lopes Neto, primo de Honestino, fez um histórico sobre a origem humilde, vindo do interior de Goiás, e a militância política do estudante, atuando em movimentos comunistas e de luta pela democracia, como dirigente e militante.

O ex-reitor da universidade José Geraldo de Souza Júnior foi encarregado de proferir o discurso de apresentação do outorgado. "A decisão fez justiça a um dos nomes mais importantes do Brasil na luta contra a ditadura militar e na luta da democracia, dos direitos estudantis e da autonomia universitária", declarou José Geraldo, professor titular de Direito, que comandou a UnB entre 2008 e 2012.

"A concessão do diploma não é só uma celebração. É um ato de justiça, de reparação", disse, em referência às análises que foram feitas do processo acadêmico. Segundo o orador, o ato passa "uma inequívoca mensagem à sociedade, para deixar explícito o compromisso da UnB com a justiça, a democracia e a história, a despeito dos que insistem em contestar os fatos de um período sombrio no nosso país, um negacionismo que precisa ser combatido com todas as forças, sobretudo em respeito a cada vítima direta ou indireta da ditadura".

"A universidade é um espaço plural, de democracia, de dúvida, contraditório, pesquisa, estudo, extensão, de construção e de defesa da democracia. E é por isso que ela foi tão atacada, e a UnB, na década de 1960, foi violentamente atacada. E recentemente, de novo, a universidade pública brasileira também foi atacada", afirmou Alexandre Brasil, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação.

xiliar os navios de combate do Eixo, transmitindo sinais e informações. Entre as três nacionalidades, os japoneses eram, na época, a maioria junto à costa brasileira, sendo os mais prejudicados pela medida.

Presente à sessão, o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío Almeida, classificou a oficialização "do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, das graves violações aos direitos humanos perpetrados em território nacional contra imigrantes japoneses e seus descendentes" como um "ato de justiça".

"A participação do Brasil ao lado das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial ensejou, de maneira arbitrária, a perseguição contra membros da comunidade japonesa residente no Brasil. O que incluiu detenções, restrições indevidas à liberdade de expressão e de associação, práticas de tortura e confisco de bens, entre outros atos de repressão que se alinharam ao processo de estigmatização promovido pelo aparato estatal", comentou o ministro.

PARANÁ

Brasil registra morte por coqueluche após três anos sem óbitos

BÁRBARA GIOVANI/AE

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) do Paraná confirmou uma morte por coqueluche em Londrina. Segundo comunicado, a vítima era um bebê com seis meses. Esta é a primeira morte registrada após três anos sem óbitos pela doença no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Antes disso, o País registrou uma morte por coqueluche em 2020 e 12 óbitos pela doença em 2019.

A secretaria paranaense investiga ainda uma segunda morte por coqueluche: um bebê de três meses, residente de Irati.

Causada pela bactéria *Bordetella Pertussis* e conhecida também como tosse comprida, a coqueluche é uma infecção respiratória que, na primeira fase da doença, tem sintomas muito semelhantes aos da gripe, o que dificulta o diagnóstico logo de início. Ela é transmitida pelo contato com secreções de uma pessoa contaminada, seja em objetos infectados ou por gotículas disseminadas na fala e na tosse.

Nesse cenário, há grupos que estão mais vulneráveis a manifestações graves, especialmente bebês com até seis meses. Se forem contaminados pela bactéria da coqueluche, eles podem apresentar complicações como desidratação, pneumonia, convulsões e lesão cerebral. Por isso, são os mais afetados quando se olha para a mortalidade da doença.

Vale lembrar que a coqueluche é uma infecção prevenível por meio da vacinação, feita com o imunizante pentavalente, com aplicação gratuita pelo SUS aos 2, 4 e 6 meses de

idade, com intervalo de 60 dias entre as doses.

Em 2024, o País tem enfrentado uma alta no número de casos, especialmente nos Estados de São Paulo (194 casos), Paraná (36 casos) e Minas Gerais (35 casos). A infecção nunca foi erradicada e, em momentos de maior vulnerabilidade da população, ela reaparece.

O último surto no Brasil foi em 2014, quando o País registrou 8 614 casos. Segundo a infectologista da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) Raquel Stucchi, os surtos acontecem quando a cobertura vacinal está abaixo da meta.

Além da pentavalente, disponível no SUS para crianças, a vacina tríplice bacteriana acelular (dTpa) também garante proteção contra a coqueluche e é aplicada gratuitamente em profissionais de saúde e gestantes a partir da 20ª semana de gravidez.

A imunidade adquirida pela vacina não é permanente. Segundo o Ministério da Saúde, após 5 a 10 anos da última dose, a proteção pode ser pouca ou inexistente. Em pessoas que já foram infectadas pela bactéria da coqueluche, acontece o mesmo.

De acordo com a infectologista da SBI, todo adulto deveria receber o reforço da tríplice bacteriana a cada 8 ou 10 anos. No entanto, essas doses ainda não estão incorporadas no calendário de vacinação para adultos. "Se puderem, devem procurar a saúde suplementar para fazer essa vacina", diz Raquel. Existe a recomendação, inclusive, de que pessoas que irão conviver com um bebê - pais, avós, cuidadores - tomem a tríplice bacteriana, se possível.

STF

Silveira volta a pedir por 'ingresso' ao semiaberto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-deputado federal Daniel Silveira voltou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) progressão para o regime semiaberto de prisão.

O novo pedido foi feito nesta sexta-feira após a defesa de Silveira informar ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, que pagou a multa de R\$ 247 mil, definida durante a condenação. Na quinta-feira passada, Moraes negou a progressão diante da falta de pagamento.

Segundo o advogado Paulo César de Faria, Silveira já cumpriu os requisitos para progressão de regime. "Daniel Silveira está preso há 89 dias além do prazo legal, não existindo, portanto, qualquer im-

pedimento para o deferimento imediato da progressão de regime, uma vez que todas as vontades do relator foram satisfeitas", diz a defesa.

Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação no curso do processo ao proferir ofensas e ameaças contra os ministros da Corte.

Em maio do ano passado, Moraes determinou a execução imediata da pena de Daniel Silveira. A medida foi tomada após o Supremo anular o decreto de graça constitucional concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao então deputado federal para impedir o início do cumprimento da pena.

Nota

LULA SOBRE GOVERNADORES BOLSONARISTAS: ALGUNS NÃO TÊM COMPARECIDO A EVENTOS

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, queixou-se da ausência de alguns governadores nos eventos do Palácio do Planalto e disse que a sua gestão não considerará a posição política dos gestores estaduais para atender pedidos. As declarações ocorreram nesta sexta-feira, em solenidade em Brasília em que ministros anunciaram medidas da nova etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Ora, não é porque o governador do Pará é oposição, porque o de São Paulo é oposição, que eu vou deixar de atender os projetos", afirmou. Em discurso, Lula fez agradecimentos àqueles que compareceram ao evento e mencionou os governadores da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), do Ceará, Elmano de Freitas (PT), da Paraíba, João Azevêdo (PSB), do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), do Piauí, Rafael Fonteles (PT), do Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD), e do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil). "Eu sei que não é fácil vocês saírem dos estados para virem aqui toda vez que a gente chama, mas a gente só chama porque é importante a gente trazer o Brasil de volta à civilidade", declarou Lula.

IMIGRANTES

Brasil pede desculpas por perseguição a japoneses

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Comissão de Anistia, órgão autônomo de assessoramento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, aprovou, nesta quinta-feira, em Brasília, o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de que imigrantes japoneses e seus descendentes nascidos no país foram politicamente perseguidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A admissão da perseguição e/ou convivência estatal foi uma resposta ao pedido de reparação coletiva apresentado pelo produtor audiovisual Mário Jun Okuhara e pela Associação Okinawa Kenjin do Brasil em nome de toda a comunidade nipônica. Em 2021, com outra composição, a comis-

são negou um pedido semelhante. Durante a sessão pública de julgamento da petição, nessa quinta-feira passada, em Brasília, a presidenta da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, pediu desculpas em nome do Estado brasileiro aos descendentes dos imigrantes japoneses presentes na sessão.

"Quero pedir desculpas em nome do Estado Brasileiro pela perseguição que os antepassados dos senhores e das senhoras sofreram, por todas as atrocidades e crueldades, o preconceito, a xenofobia, o racismo. Que essas histórias sejam contadas para que isso nunca mais se repita", declarou Eneá.

Conforme estabelece a Lei nº 10.559, de 2002, podem ser decla-

rados anistiados políticos aqueles que, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, foram prejudicados por atos institucionais, complementares ou de exceção, bem como quem tenha sido punido ou perseguido por motivos exclusivamente políticos. No caso da comunidade nipônica, por se tratar de um requerimento coletivo, a anistia política, com caráter de reparação constitucional, não comporta indenização econômica - ao contrário dos casos individuais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, pessoas nascidas na Alemanha, Itália e Japão que residiam no Brasil foram impedidas, por lei, de permanecer morando em cidades litorâneas. A justificativa era que, em caso de ataque, parte desses cidadãos poderia au-



TRENS URBANOS

BNDES executa dívida da Supervia de R\$ 1,3 bilhão

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ingressou nesta sexta-feira com ação na Justiça visando a execução da dívida da concessionária de trens urbanos do Rio de Janeiro Supervia com o banco, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

A medida é obrigatória pela regulação do setor bancário e da legislação que rege o serviço público e foi necessária diante da falta de acordo e de um plano estratégico que apresentasse uma solução financeira no impasse entre o governo fluminense, que é o poder concedente, e a concessionária, explicou o banco.

O diretor Jurídico do BNDES, Walter Baère, informou que, por ser uma empresa pública que investe em desenvolvimento, a instituição tem como maior preocupação a própria concessão e a melhor prestação do serviço.

"O banco é obrigado, por questão de governança, a promover a execução", explicou Baère.

O diretor disse que existe um risco de colapso do sistema em razão da inexistência de qualquer plano apresentado por parte do estado do Rio de Janeiro para recuperação da concessão e o pagamento da dívida.

Segundo Walter Baère, "a dívida não é só com o banco, é dívida com a sociedade brasileira, pois são recursos que deveriam estar sendo realocados pelo BNDES para gerar desenvolvimento em outras áreas que o país tanto precisa".

O diretor observou que, nesse impasse, o banco é apenas o credor e cabe à Secretaria de Estado de Transporte negociar com a Supervia uma solução que garanta a viabilidade da concessão e a continuidade dos investimentos para prestação de serviços à população.

"Provocamos a Secretaria de Estado por diversas vezes, um ano e sete meses tentando e não obtivemos como retorno nada factível que gerasse ao BNDES a crença que haveria uma solução para o impasse entre a concessionária e o governo do Rio, infelizmente", afirmou Baère.

POSICIONAMENTOS

Em nota, a Supervia informou que "vinha em negociações com o BNDES, porém, por conta do atual cenário financeiro da companhia, já comunicado ao juízo da recuperação judicial, ainda não foi possível formalizar a repactuação da dívida com o banco".

O governo do estado do Rio de Janeiro informou que o contrato foi celebrado entre a Supervia e o BNDES, sem qualquer intervenção do poder público, "que não tem, portanto, qualquer responsabilidade nesse contrato".

Em nota, o governo fluminense afirmou que "a Supervia não pode continuar operando o sistema, diante da incapacidade da concessionária de oferecer um serviço digno e de boa qualidade à população".

Mesmo com o aporte financeiro realizado pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (Setram) após a pandemia, a concessionária não foi capaz de recuperar o equilíbrio financeiro, diferentemente de outros modais.

A Setram entende que é a Supervia quem tem que honrar a sua dívida com o estado, em função do não cumprimento dos investimentos previstos em contrato. "Os valores apresentados pela empresa estão sendo contestados judicialmente. Dessa forma, a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (Setram) está trabalhando com celeridade e transparência, mas dentro dos limites da lei, para apresentar, em breve, uma solução definitiva para os problemas do sistema de transporte ferroviário metropolitano".

MODAL

O financiamento foi concedido à concessionária em 2013, para apoiar a concessão do serviço de transporte via trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo 12 municípios, 270 quilômetros (km), 104 estações e 201 trens. Os recursos foram investidos na aquisição de trens mais novos e modernos, melhoria da infraestrutura ferroviária e qualidade do atendimento.

Segundo o BNDES, os investimentos foram exitosos, resultando no crescimento do uso do modal. No seu pico, em 2016, essa rede de transporte atendeu 620 mil passageiros por dia. Atualmente, atende cerca de 300 mil passageiros/dia.

Após a brusca redução do movimento de passageiros na pandemia, a Supervia e demais empresas do grupo empresarial, hoje controlada pela Guarana Urban Mobility Incorporated (Gumi), que representa o Grupo Mitsui, ajuizaram, em junho de 2021, pedido de recuperação judicial, que ainda tramita na 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

O plano de recuperação judicial não contempla o crédito do BNDES, porque o banco tinha a garantia dos próprios recebíveis da concessão. Em termos técnicos, trata-se de um crédito extraconcursal, ou seja, não participa do consórcio de credores da recuperação judicial.

O BNDES apontou que uma saída para viabilizar a continuidade dos investimentos e prestação de serviço seria por meio de um alongamento e revisão completa do contrato, com um plano para um novo aditivo contratual ou até um meio de relicitação.

IMIGRAÇÃO

Número de estrangeiros no Japão ultrapassa 3 milhões

A população de pessoas estrangeiras no Japão ultrapassou os 3 milhões pela primeira vez, com um aumento de 11%, segundo dados divulgados na quarta-feira passada, pelo Ministério de Assuntos Internos do Japão. Os estrangeiros agora representam quase 3% da população total e são, em sua maioria, pessoas em idade de trabalho, entre 15 e 64 anos.

A população total do Japão diminuiu pelo 15º ano consecuti-

vo em 2023, caindo mais de meio milhão de pessoas, à medida que a população envelhece e os nascimentos permanecem baixos, com um recorde mínimo de 730 mil no ano passado. As 1,58 milhão de mortes no ano passado também foram um recorde histórico. A população do Japão era de 124,9 milhões em 1º de janeiro.

Pesquisas mostram que os jovens japoneses estão cada vez mais relutantes em casar ou ter filhos, desencorajados pelas

perspectivas de emprego ruins, pelo alto custo de vida - que aumenta em um ritmo mais rápido do que os salários - e por uma cultura corporativa enviesada em termos de gênero, que sobrecarrega apenas as mulheres e as mães trabalhadoras.

O governo destinou cerca de US\$ 34 bilhões como parte do orçamento de 2024 para financiar incentivos para que os jovens casais tenham mais filhos, como aumentar os subsídios para cuidados infantis e educação,

e espera gastar US\$ 23 bilhões em dinheiro de impostos anualmente nos próximos três anos.

Especialistas dizem que as medidas são em grande parte destinadas a casais casados que planejam ter ou que já têm filhos, não abordando o número crescente de jovens que relutam em se casar.

A população do Japão está projetada para cair cerca de 30% até 2070, para 87 milhões, quando quatro em cada dez pessoas terão 65 anos ou mais.

DIPLOMACIA

China vê relações com Japão em 'estágio crítico', e pode se agravar

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, se reuniu com a ministra das Relações Exteriores do Japão, Yoko Kamikawa. Em comunicado do governo chinês, Pequim reportou nesta sexta-feira, que a autoridade chinesa advertiu para o

"estágio crítico" da relação bilateral, o que poderia levar a avanços ou a recuos nela.

"A política da China em relação ao Japão sempre tem mantido estabilidade e continuidade", afirma a nota oficial chinesa. "É esperado que o Japão estabeleça uma compreensão objetiva e correta da China e busque uma política

positiva e racional em relação em relação a ela", acrescenta o texto.

O encontro dos ministros ocorreu em Vientiane, no Laos. A China recordou encontros recentes entre autoridades dos países, inclusive entre o premiê Fumio Kishida e o presidente Xi Jinping, em novembro passado, com foco nas relações estratégi-

cas Pequim diz que almeja cooperação "mutuamente benéfica", bem como que se gerenciem de modo adequadas as diferenças e se implemente de fato uma relação "estratégia e mutuamente benéfica". Também diz que deseja trabalhar com Tóquio para promover a estabilidade e a prosperidade regional.

MÉXICO

Explosão em fábrica de bebidas alcoólicas mata 6 pessoas em Tequila

MARCOS FURTADO/AE

Uma explosão numa fábrica de bebidas alcoólicas da Jose Cuervo em Tequila, no México, deixou seis pessoas mortas. O local já teve dois incêndios desde o incidente. As informações são da CNN. O incêndio afetou qua-

tro tanques de tequila da fábrica La Rojeña na última terça-feira. Dois acabaram desabando.

"Priorizando a segurança dos funcionários, vizinhos e visitantes, a destilaria e seu entorno foram esvaziados, cooperando com as autoridades na investigação das causas do acidente", dis-

se a Cuervo em um comunicado.

De acordo com as autoridades locais, 50 bombeiros e a equipe interna de proteção civil da empresa atenderam à ocorrência. Os moradores locais foram retirados de suas casas. Eles só foram autorizados a voltar horas depois. O fornecimento de energia elétrica

foi temporariamente interrompido como medida de segurança.

De acordo com a CNN, o presidente da fábrica de tequila, Alfonso Magallanes, fez uma publicação no Facebook pedindo à população não se aproximar das imediações da fábrica devido à emergência.

FILIPINAS

Navio-tanque com 1,4 mi de litros de combustível afunda na Baía de Manila

Um navio-tanque de petróleo filipino afundou na Baía de Manila na madrugada de quinta-feira passada, após enfrentar ondas enormes, deixando um tripulante morto e 16 outros resgatados em uma operação noturna pela guarda costeira. O tanque Terra Nova levava cerca de 1,4 milhão de litros de óleo combustível industrial.

Não há indicação de que a carga de óleo combustível industrial armazenada tenha começado a vazar, disse a guarda costeira filipina nesta sexta-feira. Planos estão sendo elaborados para tentar sifonar o carregamento altamente tóxico para evitar um grande derramamento que poderia chegar à capital. "Estamos correndo contra o tempo para sifonar o óleo e evitar uma catástrofe ambiental", disse Balilo aos repórteres, acrescentando que os planos poderiam ser prejudicados se o clima piorar.

O proprietário do petroleiro afundado contratou uma empresa privada para realizar a sifonagem do óleo, que pode levar uma semana, disse Balilo. Oficiais da guarda costeira filipina receberam o plano detalhado da empresa nesta sexta-feira, para permitir que a guarda costeira se prepare para contingências durante a delicada operação

submarina, disse ele. Três navios da guarda costeira com pessoal e equipamento para contenção de derramamento de óleo foram deslocados para a área onde o petroleiro afundou.

O navio partiu da província de Bataan com destino à província central de Iloilo quando foi atingido por ondas enormes que entraram na embarcação. A tripulação lutou para dirigir o tanque de volta ao porto, mas ele acabou afundando logo após a meia-noite, disse o porta-voz da guarda costeira, contra-almirante Armando Balilo, citando declarações dos membros sobreviventes da tripulação.

O naufrágio ocorreu após dias de chuvas, agravadas por um tufão, que desencadearam deslizamentos de terra e inundações em todo o arquipélago, deixando pelo menos 22 pessoas mortas e deslocando mais de meio milhão de pessoas.

Uma investigação aérea avisou uma mancha de óleo de cerca de 3,7 quilômetros de extensão perto das águas agitadas onde o tanque afundou, mas o material veio do tanque de combustível que alimentava o petroleiro e não da carga, que estava armazenada em tanques estancos, disse Balilo.

Um navio da guarda costeira,

o BRP Melchora Aquino, estava nas águas onde o tanque afundou, mais de 6 quilômetros da costa da província de Bataan, para buscar o último tripulante desaparecido, cujo corpo foi posteriormente recuperado das águas, e para realizar uma avaliação inicial da carga de óleo combustível do tanque, disse Balilo em uma entrevista coletiva. Ele acrescentou que a guarda costeira estava se preparando para conter um possível grande derramamento de óleo.

"Há um grande perigo de que Manila seja afetada, suas praias, se o combustível vazar, porque isso aconteceu dentro da Baía de Manila. Faz parte do plano de contingência para o qual estamos nos preparando", disse Balilo. "Estamos correndo contra o tempo e faremos o nosso melhor para conter o combustível para que ele não vaze mais."

"O sifonamento não será muito técnico e pode ser feito rapidamente para proteger as águas circundantes de Bataan e da Baía de Manila contra impactos ambientais, sociais, econômicos, financeiros e políticos", disse Balilo. Ele não disse se o tanque de 65 metros foi localizado no fundo do mar e não especificou o estado de sua carga de óleo combustível.

Balilo comparou a magnitude do possível derramamento de óleo ao causado pelo naufrágio de outro tanque de petróleo filipino, que transportava uma carga de óleo combustível muito menor, em fevereiro do ano passado, ao largo da província de Mindoro Oriental, ao norte de Manila. Esse derramamento levou cerca de três meses para ser contido, causou danos maciços a recifes de coral e manguezais em uma região conhecida por sua rica biodiversidade e afetou dezenas de milhares de pescadores e resorts de praia em pelo menos seis províncias.

A orla de Manila é um importante centro de turismo e negócios, onde estão localizados o principal porto, um parque público histórico, a Embaixada dos EUA, hotéis e restaurantes de luxo e enormes shoppings. Esforços de recuperação de terras também estão em andamento na baía para criar espaço para complexos de entretenimento e turismo com cassinos.

A baía há anos é notória por sua poluição, mas famosa por seus pores do sol pitorescos. Os Estados Unidos e o Japão ajudaram as Filipinas com a última grande limpeza e esforços de reabilitação do derramamento de óleo.

INJÚRIA RACIAL

MP denuncia delegado Demétrio Afonso Alves

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), denunciou o delegado de Polícia Civil Maurício Demétrio Afonso Alves pelos crimes de discriminação e injúria racial. A denúncia relata três episódios em que o delegado mostrou seu desprezo por pessoas de cor preta ou fez ofensas racistas.

Todas as falas ocorreram por meio do aplicativo WhatsApp. Em um dos casos, em outubro de 2018, Demétrio

chama uma delegada aposentada de "macaca" e "criola". Da mesma forma, em 2020, Demétrio utiliza em uma conversa a expressão "tinha que ser preto" ao se referir ao então ministro da Educação.

Outro episódio foi em março de 2018, quando o então delegado ironiza a morte da vereadora Marielle Franco, "que, no contexto do que restou demonstrado com a prova dos autos, assim o fez por preconceito racial, certo que a falecida vereadora era mulher de cor preta", diz a denúncia.